

**DILEMAS NO PERCURSO DA PESQUISA SOBRE DEMOCRACIA E  
DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E (RE)  
ELABORAÇÕES ESTRATÉGICAS DA METODOLOGIA**

*Dilemmas in the survey of democracy and development: epistemological reflections and (re) strategic developments of the methodology*

**Frederico Antonio Mineiro Lopes<sup>1</sup>  
Luciene Rodrigues<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>**Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Ciências Agrárias  
e-mail: fredericomineiro@ufmg.br**

<sup>2</sup>**Universidade Estadual de Montes Claros  
Departamento de Economia - PPGDE  
e-mail: rluciene@unb.br**

RESUMO

As pesquisas pretendem contribuir com o desenvolvimento do estado da arte dos inúmeros campos do conhecimento. Invariavelmente, quem busca entender as realidades estudadas depara-se com inúmeras possibilidades para a explicação científica dos fenômenos do campo pesquisado, o que, em muitos casos, acaba gerando dilemas e angústias no pesquisador sobre a tomada de decisão da trilha a seguir. O objetivo deste artigo é analisar a elaboração estratégica da metodologia no percurso da construção de uma tese, e discutir alguns dos dilemas que a acompanharam. Utilizou-se de um caso concreto, uma pesquisa sobre democracia, desenvolvimento e participação social dos agricultores, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Montes Claros. Desse modo, analisou-se alguns dos dilemas das decisões epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas a serem escolhidas ou refutadas, sobretudo, durante e após as primeiras aproximações de campo. A escolha do método ocorre conforme a exigência que o objeto fará ao pesquisador ao longo do processo de busca, desde a construção da questão de pesquisa ao delineamento da estratégia de investigação e da análise dos dados. Em última análise, o esforço teórico, conceitual e metodológico, a priori, contribui para a decisão, quanto à pertinência ou não da estratégia estabelecida, bem como, se necessário for, da reelaboração, acréscimos ou supressões, evitando demanda de tempo e complicações adicionais ao previsto no desenho inicial da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Estratégias metodológicas. Métodos de análise. Participação social. Democracia. Desenvolvimento.

## INTRODUÇÃO

Diante de dado problema de pesquisa, inicialmente, há uma série de procedimentos metodológicos para se chegar ao conhecimento e explicação da realidade escolhida e apreendê-la cientificamente. Normalmente, surgem os dilemas que serão atenuados com o enfrentamento da situação, na interlocução com a orientação e com um diálogo com outros pesquisadores. O problema da pesquisa deve ser repensado conforme a exigência do objeto, bem como o desenho metodológico. Nesta travessia, que supõe progressões e amadurecimento, o olhar e a forma de observar podem se modificar na interação com o objeto. Emergem novas questões que complementam ou podem anular as já elaboradas. Faz-se necessária uma atitude de abertura e predisposição ao refazer, o que, em alguns casos, de um lado, gera angústias, impasses, desmotivação, sentimentos de “estar sem chão” e sem direção.

Por outro lado, a elaboração de um projeto não garante, a priori, que o roteiro a ser seguido, sobretudo linearmente como na pesquisa experimental, garantirá, da recolha à sistematização do texto final, um trajeto epistemológico sem dificuldades e mudanças. O indicador a balizar todo esforço metodológico e epistemológico, será a realidade, o objeto de pesquisa, ou seja, aquilo que será cientificamente conhecido. Assim, a cada aproximação, sobretudo, interação no campo, observação e confronto teórico e epistemológico com a realidade, maior se torna a possibilidade de repensar e ressignificar a investigação.

Paradoxalmente, há que se ter uma definição sobre alguns aspectos ou elementos essenciais, ou seja, delimitar o tema, formular o problema, conhecer teoricamente e, na prática, o que ou quem será pesquisado; buscar fazer uma imersão onde acontecerá a pesquisa, numa tentativa de inculturação gradativa. Essa tensão, entre um processo que dá a impressão que se está por fazer a todo tempo e quase que, sem método ou valendo tudo (FEYRABEND, 1977), será constante ao longo da atividade investigativa. O processo metodológico, sobretudo a partir dos primeiros, poderá ser desconstruído. Algumas decisões, impregnadas da visão de pesquisa linear, que pareciam ser difíceis de serem mudadas, que causavam a impressão que deveriam ser levadas adiante independentemente dos acontecimentos, nesta situação, caem por terra. Assim, conforme Quivy e Campenhoudt (1988, p.35), “a pergunta de partida constitui normalmente um primeiro meio para por em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a ruptura com preconceitos e noções prévias”. O que não se pode perder de vista é o fator tempo empregado nas escolhas e as condições favoráveis de se realizar o trabalho de campo, considerando que podem surgir obstáculos, imprevistos e novas exigências na coleta e sistematização dos dados no confronto destes com o enigma inicial.

Deste modo, a escolha de métodos de análise será conforme a exigência que o objeto ou sujeito a ser pesquisado fará ao pesquisador, conforme os objetivos e a reflexão contínua para melhor conhecer e fazer ciência, num movimento circular, interativo. Para analisar os dados, com validade e cientificidade, as posturas científicas básicas, como a observação e a classificação ou categorização, se farão necessárias.

Diante dessas considerações iniciais, o objetivo deste artigo é analisar os dilemas no percurso da construção de um projeto de pesquisa. Para tanto será tomado como exemplo o

projeto de pesquisa de doutoramento<sup>1</sup> sobre a participação social dos agricultores e das agricultoras no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Montes Claros-MG (CMDRS). Salienta-se que este projeto de pesquisa teve origem na interação entre o pesquisador e os agricultores e as agricultoras familiares, nesta realidade específica no norte de Minas Gerais. Procede da participação do mesmo em trabalhos de pesquisa e de extensão nas comunidades rurais e como membro titular do CMDRS de Montes Claros-MG, representando uma universidade pública, em dois mandatos como titular de 2011 a 2015. Além de um mandato como suplente, de 2015 a 2017. É, pois, o resultado da interação do observador, em conexão com seus referenciais teóricos e demais dimensões cognitivas/ontológicas, que serão melhor trabalhadas dentro de princípios metodológicos, que caracterizam o procedimento científico.

Desse modo, este artigo aborda sucintamente os marcos históricos, os atores envolvidos e a articulação dos conceitos de participação e desenvolvimento que fundamentam o projeto de pesquisa. Serão discutidas a epistemologia, teorias metodológicas e técnicas a serem escolhidas ou refutadas, sobretudo durante e após as primeiras aproximações no campo. Essa reflexão, a partir desses elementos, tornaram-se matéria na tomada de decisão do pesquisador para a elaboração e definição da estratégia de pesquisa, que por um período considerável, foi muito suscetível à adequações, conforme a discussão nas seções sobre as questões metodológicas e, posteriormente, sobre a análise dos dados.

#### MARCOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DO OBJETO DE PESQUISA E ATORES DA REALIDADE EMPÍRICA ENVOLVIDOS

A democracia na América Latina vem sendo pensada e consolidada, num processo conflituoso, num espectro que vai desde os golpes militares e de regimes ditatoriais à alternância entre governos neoliberais e de esquerda. Isso, resulta, de um modo geral, numa cultura da não participação efetiva e da marginalidade popular na interferência na elaboração das políticas e na afirmação da cidadania e de sujeitos de direitos (BORDENAVE, 1994; COSTA, 2015). Por outro lado, no caso específico do Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado apresenta um discurso que valoriza a participação popular por meio dos conselhos. Contraditoriamente, no cotidiano participativo, o que se observa são ações e discursos com o intuito de legitimar e fazer prevalecer o que é preconizado pelos órgãos e agências estatais. Nesta correlação de forças desiguais há conselheiros que resistem e se contrapõe aqueles que difundem modelos de desenvolvimento reduzidos aos interesses capitalistas e da política neoliberal.

As ações dos agricultores no CMDRS envolvem relações entre linguagem, ação, identidade e poder<sup>2</sup>. Só há CMDRS com discurso, sendo que o discurso o constitui. A ação é motivada e orientada pela linguagem. A linguagem permite a constituição de espaços de discussão,

1 Doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, o pesquisador é membro da primeira turma que teve início no ano de 2015 e com a previsão de término em março de 2019.

2 Temas que serão apresentados resumidamente e que foram exaustivamente discutidos, para aprimoramento, desde as versões preliminares do projeto para seleção no doutorado e que foram reelaborados no projeto de pesquisa e ao longo da sua realização. Não se trata de aprofundá-los aqui uma vez que o escopo do texto é o processo de refletir, escolher e adequar Os procedimentos metodológicos e seus dilemas.

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

uma arena simbólica, entre os conselheiros e a materialização da linguagem em prática social, em ação (CHARAUDEAU, 2008, p. 21). O projeto de pesquisa, que será a referência para tratar das decisões metodológicas, neste artigo, procura compreender o processo complexo dos modos de participação dos agricultores no CMDRS. Trata-se também de entender como estes atores sociais se comportam em relação aos diferentes argumentos utilizados por outros atores, representantes do Estado, nas defesas de diferentes ideais de projetos de sociedade e de desenvolvimento social, para a constituição do Plano Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), em uma sociedade com conflitos.

Essa luta revela as diferentes visões de mundo e concepções de realidade dos atores sociais envolvidos, de diferentes saberes (popular, científico e burocrático tecnicista), além de diversas compreensões sobre temas como desenvolvimento e política. Charaudeau (2006, p. 189), ao analisar o discurso político, admite que o conceito “político” se refere à organização da vida social e “[...] ao governo da coisa pública”. Em conformidade com esse autor, o discurso político se centra em três imaginários: o imaginário da tradição, o imaginário da modernidade e o imaginário da soberania popular, esse último “[...] sustentado pelos discursos que se referem a um mundo, atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu bem-estar” (CHARAUDEAU, 2006, p. 227). Esse autor concebe o sujeito como uma “[...] abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 22).

Tais considerações iniciais são relevantes, pois salientam, de imediato, o caráter interpretativo adotado na pesquisa num programa interdisciplinar, envolvendo saberes diferentes ou uma “ecologia de saberes”, entre eles o conhecimento científico e o conhecimento popular. Os CMDRS, em muitos municípios brasileiros, foram transformados em instrumento para legitimar as decisões do poder público municipal ou de órgãos públicos que utilizavam o espaço para cumprir uma formalidade, aprovar e legitimar seus projetos de crédito para agricultura familiar ou outras políticas públicas relacionadas à produção agrícola (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

No CMDRS pesquisado, observa-se um esforço, por parte dos agricultores e de representantes das duas universidades públicas, paratransformá-lo num espaço de protagonismo dos primeiros. Os esforços são para efetivar a participação e a intervenção, gradativamente, neste espaço de deliberação e de proposição de ações contribuindo para o desenvolvimento rural que atenda aos interesses e necessidades da população rural, para além das políticas agrícolas. Busca-se, assim, a construção de uma cultura de participação com uma ruptura com práticas políticas, com resquícios coronelistas, clientelistas e assistencialistas, predominantes na região (MÉKIE, 2001; LOPES, 2004). Percebe-se, pois, um desejo de fortalecer o CMDRS, empoderar os conselheiros e as conselheiras (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Desde a fundação do CMDRS em Montes Claros, no ano de 2002, os seus membros vêm discutindo a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Dessa maneira, espera-se que o plano seja um instrumento que contribua na construção das políticas públicas, que viabilizem a continuidade do modo de vida camponês, sua reprodução social e de suas economias. Além disso, espera-se o trabalho e o apoio mútuo, em rede, com as organizações camponesas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as associações e a articulação

com os movimentos sociais (MONTES CLAROS, 2007).

Nesse cenário, categorias como participação, campesinato, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e reciprocidade, dentre outras, contribuem para compreensão de comportamentos dos agricultores nas suas comunidades e no CMDRS. No Brasil, este e demais conselhos foram pensados, constitucionalmente, como instrumentos democráticos para propiciar a participação popular (BRASIL, 2003). Contudo, é um espaço que vem se esvaziando de significado para os cidadãos. Alguns atores, que deveriam assumir o papel de discutir interesses coletivos, nesta arena simbólica, tomam assento na plateia para assistirem ao jogo dos representantes dos aparelhos do Estado. Nesta complexa relação entre a sociedade civil e o Estado, não raro, constata-se poda e violação de direitos dos cidadãos de discutirem e decidirem o desenvolvimento do lugar onde vivem, de serem sujeitos protagonistas e não coadjuvantes.

#### **PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS PARA UM CONTRIBUTO NA ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais polêmicos nas Ciências Sociais. Mobilizador de vontades de mudança, de transformação das sociedades e dos indivíduos, na sua abordagem nem sempre foi fácil estabelecer fronteiras entre teoria, ideologia, doutrina, utopia e práticas sociais (MURTEIRA, 1990). Durante uma grande parte do século XX ele foi quase que inquestionável e assumido como uma espécie de “religião de Estado”; mais recentemente, tem sido objeto de crescentes críticas, desde as abordagens que buscam “outro desenvolvimento” àquelas que argumentam pelo abandono do conceito, um “adeus ao desenvolvimento”. No Brasil, o conceito de desenvolvimento tem sido empregado pelo Estado e por setores dominantes na formulação e na concretização dos seus planos, sobretudo, desde a década de 1950. Parte da sociedade vem buscando entendê-lo, conquistar espaço, apropriá-lo e intervir na elaboração de políticas públicas e da legislação, pois sofre as consequências, muitas vezes desfavoráveis, de decisões exógenas. Desenvolvimento é um conceito complexo, polissêmico, não havendo um consenso entre os autores sobre os seus significados, seja na academia, seja no interior dos campos político e econômico. Além disso, envolve, na sua essência, um elemento central a ser considerado, que é o poder. A perspectiva utilizada, seja científica, econômica, política, bélica ou social, associadas ou isoladamente indica interesses no tipo de desenvolvimento que se pretende. Consequentemente, surgem campos de disputa, conflitos e embates no entorno de ações e políticas estabelecidas sob a égide do conceito.

Nos países da América Latina, a discussão e as ações visando ao desenvolvimento de regiões urbanas e rurais vêm sendo delineadas de modo diversificado e, muitas vezes, antagônico. O conceito de desenvolvimento na perspectiva do capital e do Estado, normalmente inter-relacionados, continua esvaziado e reduzido à dimensão quantitativa, ao crescimento econômico, à acumulação do capital e manutenção do poder, numa dimensão política. As últimas décadas do século XX foram marcadas pela oxigenação do conceito, com adjetivações de participativo, sustentável, humano, integral, local, social, dentre outras. Embora a participação tenha sido discutida teoricamente, especialmente no campo da Teologia da Libertação, e objetivada nas

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

práticas sociais pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e por técnicos de organizações estrangeiras e do continente nos anos 1960 e 1970, não foi um elemento institucionalizado, um componente das políticas desenvolvimentistas. Somente no período mais recentemente, o tema da democracia ganhou relevância na discussão acadêmica e como aspecto importante nos processos de desenvolvimento.

A discussão sobre desenvolvimento, deve considerar intenção, análise dos discursos, legislação, normativas e planos que orientam os processos de desenvolvimento e suas consequências em todas as expressões de vida, toda biologia humana ou não, dado ao aumento das proporções que os empreendimentos tomaram, consequências para toda a ecologia e também para a própria economia, enfim para o todo o oikos, e não apenas uma visão antropocêntrica.

Conforme Amaro (2004), a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento atualmente exige distanciá-lo da sua forma economicista, retomando-o com a intenção para articulação e mobilização das vontades de mudança e de transformação das sociedades e das pessoas. Além disso, ajudar na avaliação do progresso e bem-estar, a partir de uma abordagem e aplicação mais participativa, dentro de um contexto complexo e vulnerável ambientalmente, no qual não se cabe mais uma perspectiva linear e evolutiva para se chegar à melhoria das condições de vida das pessoas e o cuidado com a natureza (AMARO, 2004).

A questão da “sustentabilidade” de qualquer organização ou ser vivo, para Amaro (2004), é uma das suas maiores preocupações, pois está relacionada à sua existência, continuidade da vida ao longo do tempo. Quando se discute e se pensa a sustentabilidade, seja em qualquer âmbito, o conceito empregado é o do desenvolvimento sustentável. Amaro (2004) argumenta que tal abordagem traz em si uma forte contradição, pois, minimamente, deve ser entendido numa perspectiva multidimensional, considerando, pelo menos, três dimensões articuladas entre si: econômica (crescimento), social (coesão) e ambiental (proteção ou preservação) (AMARO, 2004).

Assim, Amaro (s.d.) argumenta que:

No entanto, quando a questão é a da “sustentabilidade” de uma organização, a nível micro, portanto, o que se quer, normalmente, dizer é a possibilidade de se ter os meios financeiros e as soluções econômicas para poder manter-se em atividade, ou seja, é só da dimensão e da viabilidade econômico/financeira a ser enfatizada. Não há assim uma coerência entre o conceito de inspiração (Desenvolvimento Sustentável) e a sua aplicação à vida de uma organização (AMARO, 201-, p. 1).

A racionalidade antropocêntrica e a busca do crescimento econômicos engendrados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, caracterizando, no século XVIII, a modernidade, possibilitam a entender a contradição do conceito. Além disso, ajuda a explicar e a entender porque o tipo de sociedade e de civilização, imposta da Europa para o mundo desde o princípio da modernidade, “sempre colocou a dimensão econômica no centro dos seus valores e dos seus fatores explicativos e determinantes, dela fazendo depender todas as outras” (AMARO, 201-, p. 2). Segundo Amaro (201-, p. 2), “daí que a componente econômico e financeiro da ‘sustentabilidade’ das organizações surja como a mais importante e decisiva, ou mesmo como a única que verdadeiramente interessa”.

O termo desenvolvimento é muito amplo, complexo e controverso. Existem diversas,

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

distintas e divergentes abordagens sobre desenvolvimento. Seu conceito é dinâmico e sofre influências conforme ocorrem as mudanças mundiais e regionais, nos campos políticos, econômicos, ecológicos e sociais, teve, com o passar do tempo, diferentes significados. Trata-se, concomitantemente, de uma teoria, ideologia, doutrina, utopia e prática social (AMARO, 2004). Nos anos 1950 e 1960 significava crescimento econômico, quantificado em indicadores que mediam o aumento do acesso ao mercado de bens de consumo, geração de emprego, aumento da renda ou seja, incremento da produção, emprego e renda. Além desta concepção totalmente economicista e quantitativa, era entendido como um patamar a ser alcançado pela produção industrial, dentro de uma estrutura econômica e internacional de produção e distribuição, independentemente dos custos ambientais e sociais.

Além dos impactos causados nas áreas urbanas, muitas vezes difusos nas construções, monumentos, áreas verdes e todo aparato estético e publicitário, nas áreas rurais torna-se mais explícito e inquestionável a destruição do patrimônio ambiental que deveria ser cuidado para o bem e segurança de toda população. Nas cidades o resultado de ações voltadas para o crescimento de indicadores, como o PIB, como a poluição, falta de estrutura e condições para o excessivo número de habitantes, falta de planejamento para um crescimento e funcionamento organizado e todos os problemas de falta de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas para a saúde, moradia, educação, saúde, trabalho e renda, cultura, segurança, etc.

No campo, na zona rural os impactos socioambientais ocorrem pelas atividades relacionadas ao agronegócio, uma agricultura nos moldes empresariais, cuja avidez pelo lucro promove uma visão da terra como recurso econômico, uma plataforma na qual os insumos serão processados e sairão mercadorias. Esta ação antrópica altera o território, o ecossistema presente que necessita de espaço, continuidade, interligação para continuar vivo, fornecendo ar puro, solos férteis, microclima propício, água em quantidade e qualidade para consumo humano, produção de alimentos e garantia da biodiversidade da flora e da fauna.

Ao discutir sobre desenvolvimento sustentável, Silva (1999) traz o enfoque dado pelas entidades da sociedade civil reunidas no Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais durante a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92). Sua definição contida no Tratado alternativo de agricultura sustentável é a seguinte:

“A agricultura sustentável é um sistema de organização socioeconômica e técnica do espaço rural, fundada numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento, e que entende o meio ambiente e os recursos naturais como base da atividade econômica. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque científico holístico”(SILVA, 1999, p.42).

Percebe-se assim que a realidade campesina que se apresenta as questões avassaladoras da cultura, do meio ambiente e da produção agrícola é a mesma em que há a implementação de políticas públicas. Normalmente, implementadas via projetos governamentais desenvolvimentistas elaborados em gabinetes e implantados sem levar em conta às demandas e nem conhecer a cultura e diversidade socioambiental. Atendendo prioritariamente os interesses econômicos, não havendo adaptação às peculiaridades e demandas regionais, desprezando todo o conheci-

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

mento acumulado dos agricultores, além de não contar com a sua participação nestes projetos e pouca preocupação com a degradação ambiental.

Obviamente tais iniciativas não levaram em consideração a participação popular além das peculiaridades culturais, ecológicas e edafoclimáticas. A participação é inerente à natureza social do ser humano. Há um acúmulo de “saber participativo” ao longo da trajetória histórica da humanidade e no itinerário de cada pessoa. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação das pessoas e de sua cidadania numa sociedade participativa (BORDENAVE, 1994).

Não existe um único modo de compreender esse processo participativo e a sua interpretação está mais em função dos interesses de quem formula as políticas públicas e da perspectiva de análise empregada (Alencar, 2001). Oakley e Marsden citados por Alencar (2001, p.21), analisando diferentes projetos de desenvolvimento, identificaram diferentes significados atribuídos ao termo participação:

- Envolvimento voluntário dos indivíduos nos programas, sem, contudo, participarem da sua elaboração.
- Sensibilização dos indivíduos, aumentando-lhes a responsabilidade para responderem as propostas de programas de desenvolvimento e encorajando iniciativas locais.
- Envolvimento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, na implementação dos programas, na divisão dos benefícios e na avaliação das decisões tomadas.
- Associação do conceito de participação com o direito e o dever dos indivíduos participarem na solução dos seus problemas, terem responsabilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas, mobilizarem recursos locais e sugerirem novas soluções, bem como de criarem e manterem as organizações locais.
- Associação do conceito de participação com a iniciativa de pessoas e grupos, visando a solução de seus problemas e a busca de autonomia.
- Organização de esforços de pessoas excluídas para que elas aumentem o controle sobre recursos necessários ao desenvolvimento e sobre as instituições que regulam a distribuição desses recursos (OAKLEY; MARS DEN citados por ALENCAR, 2001, p.21).

O contrário da participação é a não participação, ou seja, o fenômeno da marginalidade. Marginalidade significa ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir. É a errônea concepção da participação como integração ao molde modernizador, onde aquela é entendida, de forma fragmentada e reduzida, como a inclusão entre os beneficiários consumidores dos bens materiais e culturais inerentes ao desenvolvimento modernizador (BORDENAVE, 1994).

A “marginalidade” de alguns grupos ou regiões não é, de maneira alguma, consequência de “atrasos”, mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido. Não há, pois, marginali-

dade, mas, marginalização. Neste novo enfoque, Bordenave (1994) afirma que a participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito através de tomada de decisões e das atividades em todos os níveis. A organização das famílias na forma de grupos, como sindicatos, associações, escolas e na própria comunidade, constitui fator decisivo da sua sustentabilidade. A participação dos indivíduos os torna responsáveis pela condução dos caminhos da comunidade, que passam a ser pensados em termos de coletivo (ALMEIDA, 2004; NOGUEIRA, 2009; VAZ FILHO, 1997).

A desarticulação na vida da comunidade leva a um aumento da “não participação” (DEMO, 1986, p. 67) ou uma participação cooptada, visando interesses próprios e imediatistas. O esvaziamento e o enfraquecimento destes espaços de participação podem resultar na “prestação de serviço” ao poder dominante que se beneficia da situação através de estratégias de permanência no poder como clientelismo, dos favorecimentos e de políticas assistencialistas das vésperas eleitorais. Pelo lado financeiro há uma constante ruptura do tecido social pelo capitalismo que vai se adentrando nas estruturas familiares, do trabalho, da natureza levando, pela mídia e pelos modismos, a interesses egoisticamente pessoais como a politicagem e o consumismo, deixando instituições associativas populares cada vez mais enfraquecidas.

#### QUESTÕES METODOLÓGICAS E DILEMAS DA PESQUISA

A pesquisa sobre a participação social dos agricultores, enquanto estratégia metodológica é um estudo de caso de cunho qualitativo, categoria de investigação em ciências sociais em que o foco é uma unidade que se analisa de maneira aprofundada (YIN, 1994). Conforme Bogdan e Bikken (1994), a investigação qualitativa possui as seguintes características: (i) os dados são ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas; (ii) a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses; (iii) privilegia, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir sujeitos da investigação; e, (iv) os dados são recolhidos em função de um contato aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais (BOGDAN; BIKKLEN, 1994).

Para coletar e analisar os dados, num enfoque interdisciplinar, com validade e cientificidade, as posturas científicas básicas, como observação e classificação ou categorização, se fizeram necessárias diante da diversificação de perspectivas teóricas e metodológicas. Assim, neste caso, trata-se de uma pesquisa, inicialmente, com a ideia de coleta de dados etnográficos. A observação e as anotações de campo foram realizadas desde o início da participação do pesquisador no CMDRS, no ano de 2011<sup>3</sup>, bem como nas idas a algumas comunidades rurais

3 No segundo semestre de 2016 foram realizadas outras idas a campo, bem como o início da coleta e análise de documentos como legislação, correspondências, estatuto e atas. As últimas incursões para esse propósito, tanto no CMDRS quanto nas comunidades rurais, se deram no período anterior ao início do doutoramento. Dessa vez, com o projeto melhor elaborado e com melhor preparação teórica do pesquisador, a partir das disciplinas e orientações, buscou-se minimizar ou resolver os dilemas fundamentais ao confrontar a questão da pesquisa com os dados coletados inicialmente. Todavia, após a qualificação da pesquisa, em 04 de setembro de 2017, ficou redefinido com a banca e com a orientadora que a ênfase seria na pesquisa documental, sobretudo, com a análise das atas.

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

e suas associações, dialogando com os agricultores conselheiros ou não. Da ideia de uma pesquisa predominantemente etnográfica, numa perspectiva interacionista que após idas e vindas foi repensada e redefinida para uma pesquisa mais analítica, com base na análise processual, de dados documentais, isto é uma análise com base em questões formuladas pelo pesquisador e cujas respostas emergem a partir de temas tratados nas reuniões do Conselho, expressos nas Atas, e no modus operandi do Conselho de Desenvolvimento Rural, aproveitando todo esforço e conhecimento acumulado até então e a etnografia, como um dos aspectos importantes na coleta de dados e informações para conhecimento do objeto e não como eixo central do estudo.

O projeto foi (re)pensado em diálogo com a orientação e com incorporação de referências e reflexões em virtude das disciplinas cursadas e dos seminários de pesquisa. O processo de escolha e estruturação do método, levou um longo percurso para ser definido, diante de inúmeras possibilidades para a compreensão e explicação científica dos fenômenos do campo pesquisado. Pensou-se em incorporar aspectos da grounded theory (ALENCAR, 1999; STRAUSS; CORBIN, 2008) e da etnometodologia (GARFINKEL apud HAGUETTE, 1992; GUESSER, 2003) e da abordagem compreensiva, na qual há o empenho em investigar os fenômenos singulares apreendidos enquanto elemento original e específico (BRUYNE, 1982). Seguiram-se também as discussões, muito pertinentes, quanto aos delineamentos do processo de pesquisa, antes da atividade de campo, para, aí sim, embebido da realidade a ser pesquisada e interpelado a partir da mesma, buscar a melhor maneira de classificação, como tipologias, categorias e personalidade (ALLPORT, 1974), bem como a reflexão e análise dos dados, como por meio da análise de discurso (MARI, 2003) e da análise de conteúdo (BARDIN, 2002; QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988).

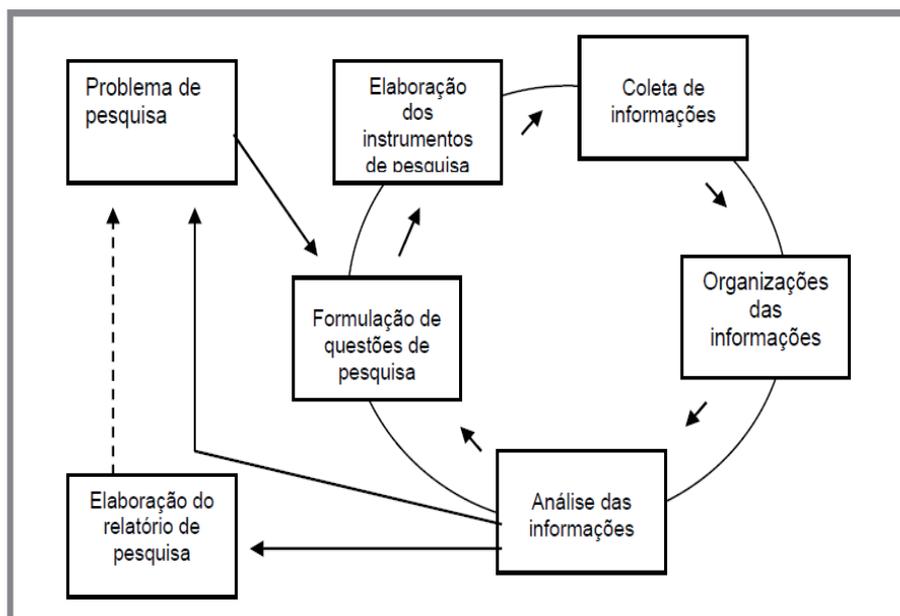
Quanto à validade e confiabilidade do método qualitativo e da interpretação, historicamente criticado ou depreciado em relação aos métodos quantitativos positivistas na pesquisa experimental, a escolha do tema de pesquisa e dos entrevistados deve-se considerar, segundo Becker (1977), as idiossincrasias do pesquisador. Para esse autor, o modo de formular o problema de pesquisa permite perceber que não há neutralidade, mesmo numa abordagem positivista, pois, nas duas situações haverá escolha e interpretação dos dados. Se tal posicionamento é inevitável, a estratégia metodológica e a ética do pesquisador irão procurar evitar ou atenuar as influências que os vieses podem acarretar, buscando resultados válidos e confiáveis. Desse modo, mudanças no escopo da Pesquisa e nos procedimentos metodológicos não é questão fácil para o pesquisador, é permeada por dilemas e angústias, com momentos de inflexão, questionamentos sobre os “modos de fazer” o conhecimento científico e da real possibilidade de produção de uma “ecologia de saberes” na academia. Propor uma questão à realidade empírica, e, na sequência, determinar os procedimentos práticos a serem implementados para respondê-la, para passar do conceito à observação direta da realidade, de modo confiável e válido, não é tarefa trivial, dado que a lógica operacional decorre de escolhas teóricas preliminares, que insere a colocação do problema em um quadro conceitual, ainda que este quadro seja revisto a posteriori.

Em relação aos entrevistados, a serem selecionados, o método de amostragem conhecido como “bola de neve” (SPRADLEY, 1980). Desse modo, os próprios entrevistados indicam outras possíveis pessoas que poderiam discorrer sobre temas relacionados ao foco central do estudo. Por conseguinte, mesmo as pessoas que já foram conselheiras em outros mandatos,

## Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

quando necessário, poderão ser chamadas a colaborar com a pesquisa. Tais procedimentos ilustram a sequência circular (FIGURA 1) que caracteriza o modelo etnográfico de pesquisa social (SPRADLEY, 1980).

Figura 1- Configuração circular de pesquisa em ciências sociais



Fonte: adaptada de Spradley (1980, p. 29).

A sequência circular de pesquisa social inicia-se com a identificação do problema, que, apreciado por um paradigma teórico, fornece os fundamentos para a formulação das questões que orientarão a pesquisa, que, por sua vez, conduzem à seleção dos métodos de coleta de informações. Esse modelo possibilita o retorno às questões da pesquisa caso haja problemas na etapa da sistematização e da análise das informações. Desse modo, a dinâmica interativa entre o pesquisador e os entrevistados e a profundidade da investigação permitem a reconstituição de fatos e a checagem de suas evidências e significados (SPRADLEY, 1980). O modelo interativo também possibilita a reformulação das questões de pesquisa ou até mesmo do problema de pesquisa (ALENCAR, 1999).

Após as primeiras observações da atuação dos agricultores no CMDRS, nas associações e nas suas comunidades de origem, terá início o trabalho de campo realizado durante alguns meses nos seus terrenos onde vivem, produzem e interagem com a vizinhança. Uma primeira aproximação suscitou novas questões e contribuiu para uma melhor compreensão desta realidade social.

Foi utilizada uma gama de recursos metodológicos, tais como: roteiro de entrevistas, observação, história oral, pesquisa documental (BRANDÃO, 2007; MINAYO, 2015) e anotações de campo (ALENCAR, 1999; OLIVEIRA, 1996). Esses recursos constituem importantes

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

substratos para o estudo de caso (YIN, 1994), ao proporcionarem a reconstituição da trajetória social dos conselheiros atuais e dos que já participaram, bem como as suas percepções sobre os acontecimentos e mudanças que marcaram a história das comunidades dessa região, a partir da sua visão de mundo e concepção da realidade. O instrumental utilizado para ajudar na aplicação da metodologia será: um gravador, caderno de campo e máquina fotográfica/filmadora (BOGDAN;BIKKLEN, 1994).

A técnica escolhida, inicialmente, foi a observação participante (FOOTE-WHYTE, 1980, MALINOWSKI, 1984), que vem sendo realizada desde 2011, complementada pelos recursos etnográficos e fundamentando na teoria da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1996). Quanto à observação participante, o pesquisador pôde, de forma privilegiada, pensar, discutir e compartilhar com os sujeitos nos eventos e apreender suas percepções, registrando de imediato ou ao fim do dia no caderno de campo, num exercício de memória, de constância e de disciplina (OLIVEIRA, 1996; SPRADLEY, 1980). Mesmo com a redefinição e o direcionamento para a pesquisa documental; o olhar, o ouvir e o escrever atentos foram de grande valia para uma maior compreensão da realidade da sociedade pesquisada, (OLIVEIRA, 1996). Para constar, a observação participante é uma modalidade especial de observação, na qual o pesquisador não é um observador passivo, podendo de fato participar dos eventos que estão sendo estudados (YIN, 1994). Essa técnica foi frequentemente utilizada em estudos antropológicos de grupos culturais distintos (DA MATTA, 1987; MALINOWSKI, 1984; YIN, 1994).

Para fazer uma melhor leitura do ambiente, foi realizada uma observação inculturada, ou seja, o pesquisador conviveu, durante as reuniões, com a máxima discrição para estabelecer uma relação de confiança, descrever, apreender e construir a realidade social a partir das pessoas entrevistadas e observadas, mesmo sendo, para o grupo, um de fora, um estranho, um pesquisador da Unimontes. Assim, ao partilhar a vida e o exercício de cidadania com a participação dos agricultores e das agricultoras, foi feito o possível, para não destoar tanto do grupo, durante o recolhimento dos seus depoimentos e as observações da realidade local. Uma vez inculturado, o pesquisador buscou resguardar-se de um eventual “efeito observador”, ou seja, a mudança comportamental do entrevistado na tentativa de impressioná-lo, agradar-lhe ou mesmo dispensá-lo logo.

#### COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Toda investigação, qualquer que seja a sua natureza, também se inicia com um problema, com a aproximação (teórica e ou in loco) do sujeito ou objeto e com a identificação de um paradigma teórico que fornece os fundamentos para a formulação das questões de pesquisa. A coleta de informações, portanto, deve ser cuidadosamente planejada. O pesquisador escolhe o local do estudo, seleciona as estratégias de pesquisa (entrevista, observação, história oral ou história de vida, uso de documentos, técnicas de análise das informações, etc.). Essa fase preparatória culmina com a elaboração do projeto e é seguida por trabalho de campo, coleta dos dados, análise das informações e redação do relatório de pesquisa. Essa sequência é meramente

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

didática, pois na realidade são várias e intercaladas idas a campo, diversos momentos da coleta, análises parciais e anotações e sistematizações anteriores ao relatório final.

Diferentemente, se comparado ao processo de pesquisa quantitativa, o processo qualitativo tem início com o trabalho de campo com os pressupostos sobre o problema de pesquisa, a partir de um paradigma teórico que será o fio condutor e concomitantemente o pano de fundo e a base, que irá permear toda a investigação. Tudo isso direcionará a primeira busca de informações que serão coletadas por meio das observações, das anotações no caderno de campo, nas entrevistas gravadas e anotadas por meio de um roteiro e que depois serão sistematizadas para serem analisadas.

Para Spradley (1980), as anotações, entrevistas, fotografias, mapas e outros meios usados para coleta de informações constituem numa ponte entre o trabalho de campo e a análise que é realizada após cada período de campo. É uma análise parcial que servirá para orientar a seguinte ida à incursão de campo. Desse modo, poderão ser identificadas novas circunstâncias a serem observadas, temas a serem abordados nas novas entrevistas, novos indivíduos a serem entrevistados, fontes secundárias a serem consultadas, etc. A sequência de análises parciais (trabalho de campo, análise, trabalho de campo e análise...) evidencia o caráter interativo da pesquisa qualitativa, significando que as pressuposições do pesquisador, ao iniciar o estudo, podem ser modificadas durante o próprio processo de investigação, acarretando, por seu turno, a reformulação das questões de pesquisa ou, até mesmo, do problema de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006).

A escrita da tese forçou o pesquisador a continuar inserido num novo e mais intensivo tipo de análise, aproximando-se da interpretação densa (GEERTZ, 2008) e Multisítio (MARCUS, 1991), em que ele procura dar sentido lógico às informações coletadas e às interpretações, articulando, por exemplo, significados apreendidos, conceitos e categorias criadas. Novas questões podem também emergir, demandando novas observações. Chegando nessa fase, nem sempre será possível, por diversas razões, realizar trabalhos de campo adicionais. Entretanto, a sequência de análises parciais, representando a interação do pesquisador com a realidade estudada, atenua (embora não elimine) a necessidade de novas informações.

Finalmente, na pesquisa qualitativa, a coleta e a análise das informações não são atividades estanques, por isso o modelo é um modelo interativo de pesquisa em ciências sociais. Alguns pesquisadores elaboraram métodos ou estratégias que auxiliam o desenvolvimento simultâneo de coleta e análise de informações. Outros, relatando suas experiências de pesquisa, fornecem ilustrações sobre como realizaram essas atividades (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988). Outro método a ser considerado, após avaliar a possibilidade de seu predomínio ou combinação, é o método de Strauss e Corbin (2008), conhecido por grounded theory. Nesse método, a coleta de informações, análise e teoria mantêm-se em relações recíprocas. A pesquisa não se inicia com um problema que, confrontado com uma teoria, gera hipóteses a serem comprovadas ou rejeitadas. O processo inicia-se com uma “área de estudo”, cuja finalidade é descobrir o que é relevante para essa área. Assim, a questão inicial de pesquisa é ampla e o seu foco vai diminuindo durante o processo de pesquisa, na medida em que se descobre o que é ou não relevante durante esse processo.

Contudo, se, inicialmente, a questão de pesquisa deve ser aberta, abrangente, não signifi-

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

fica que deva envolver um universo de possibilidades. Isso somente quer dizer que ela não deve ser tão restrita e centrada, eliminando a possibilidade de descoberta. Ela não é uma hipótese, uma relação entre variáveis independentes e dependentes. A questão de pesquisa poderá ser uma frase que identifica o fenômeno a ser estudado que diz ao pesquisador o que ele pretende conhecer sobre o sujeito pesquisado e tende a ser orientada para a ação e o processo (STRAUS; CORBIN, 2008). A amplitude do foco da análise depende da forma como a questão de pesquisa é formulada. Ela pode orientar a pesquisa para diferentes direções ou mantê-la focalizada em coisas mais específicas.

A análise das informações coletadas pode ter a sequência na qual, inicialmente, as informações são organizadas em relatos, em transcrições, etc. Esses relatos e transcrições são submetidos a uma leitura minuciosa e exaustiva. Dessa leitura originam-se comparações, identificando o que existe ou não em comum (dimensões) entre elas e das comparações resultam diferentes dimensões para as quais são estabelecidos códigos (conceitos), identificando-as. Em seguida, os conceitos são organizados em categorias, ou seja, classificados (essa classificação surge quando os conceitos são comparados entre si e aparentam pertencer a um mesmo fenômeno/ideia, acontecimento, etc.), de modo que, conforme a necessidade ou exigências do sujeito pesquisado, esse processo vai se repetindo iterativamente (análise, trabalho de campo, análise, trabalho de campo), levando a um refinamento analítico.

Conforme as diversas abordagens discutidas, a análise qualitativa não se reduz a uma numa simples transcrição das entrevistas, com a utilização de questionários ou roteiro, e, menos ainda, na descrição linear das ações observadas. Ao contrário, busca analisar, compreender, conhecer e ou explicar por que as pessoas agem de um modo e não de outro, como costumam tomar as decisões, ou seja, por que essas e não aquelas, os fatores socioeconômicos e ambientais e os seus significados, etc. (ALENCAR, 1999). E trabalha-se com redes de significação ou estruturas similares, que consistem em sistemas de combinação de significados que permitem a identificação de pontos comuns nas falas e ações de pessoas, bem como dimensões que as distinguem.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a elaboração estratégica da metodologia no percurso da construção de uma tese e alguns dos dilemas que a acompanham, a partir de um estudo sobre democracia, desenvolvimento e participação social dos agricultores, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Discutiu-se dilemas envolvidos nas escolhas epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas nas aproximações de campo.

A busca de uma análise adequada permite ao pesquisador conhecer uma realidade, um fato ou fenômeno e poder contribuir para o desenvolvimento científico e proporcionar aos grupos ou setores pesquisados ou ao Estado informações sistematizadas para (re)pensar suas práticas sociais, vislumbrar novos rumos, políticas e ações públicas e transformações. Possibilita também, uma contribuição para a reflexão sobre o desenvolvimento includente, democrático com maior participação popular e considerando outros elementos ou dimensões, saindo de um modo reduzido de pensá-lo pela dimensão econômica pura. Deve-se sempre considerar os in-

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

teresses e as relações de poder envolvidas. Não raro, práticas sociais de desenvolvimento, desconsideram o que poderia promover o desenvolvimento caso seja uma ameaça ao establishment e ao status quo, seja de uma associação, seja de governos em todas as suas instâncias, seja, ainda, de iniciativas do mercado.

A pesquisa pretende contribuir no aumento do estado da arte sobre o tema, ao buscar entender esta realidade a partir dos agricultores, preenchendo uma lacuna encontrada no conjunto de trabalhos analisados que contemplaram políticas públicas, produção agrícola e pecuária, atuação de órgãos públicos, dentre outras abordagens quantitativas. Ao analisar o percurso da construção de um projeto de pesquisa o pesquisador se depara com os dilemas das decisões epistemológicas, metodológicas e técnicas a serem tomadas para elaboração da estratégia de pesquisa e da análise dos dados. Essa tensão criativa leva-o a escolhas na elaboração da estratégia de pesquisa, podendo repensar a problematização e (re)definir o método, desde a recolha dos dados à análise. Tudo isso se dá conforme a exigência que o objeto, no caso a participação, fará ao pesquisador ao confrontar-se com a realidade dos entrevistados e nas observações de campo. A questão que nos persegue é: como, nestes tempo líquidos, se planta a questão da teoria social crítica em meio ao pluralismo de saberes?

#### REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. Associativismo rural e participação. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

\_\_\_\_\_. Introdução à metodologia de pesquisa. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Anpur, Rio de Janeiro: ANPUR, p. 1-30, 2004.

ALLPORT, G. W. Personalidade: padrões e desenvolvimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

AMARO, R. R. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Lisboa: [S.n.], 2004. 27 p.

AMARO, R. R. Projeto Ecos: a sustentabilidade das organizações de Economia Solidária – proposta de conceptualização e de avaliação. [S.l.:s.n.], 201-. 20 p.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2002.

BOGDAN, R. C.; BIKKLEN, S. K. Características da investigação qualitativa. In: \_\_\_\_\_. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto ed., 1994. Cap. 2, p. 47-51.

BORDENAVE, J.E.D. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 81 p. Coleção primeiros passos.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, vol. 10, n.1, p. 11-27, 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação,

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4854.htm#art14](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4854.htm#art14)>. Acesso em 25 jan. 2015.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1982.

CHARAUDEAU, P. Discurso político. São Paulo: Contexto, 2006, 328 p

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, G.M.P.; MACHADO, I.L.; EMEDIATO, W. (Org.). Análise do discurso hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, v.1, p. 11- 30 .

COSTA, João Batista de Almeida Costa. A invenção de sujeitos de direito e processos sociais: povos e comunidades tradicionais no Brasil e no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. Coleção Direito e Diversidade

DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: ROCCO, 1987.

DEMO, P. Participação é conquista. Fortaleza: EUFC, 1986.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FEYERABEND, P. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In GUIMARÃES, A.Z. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p 77-86.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GUESSER, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. Em Tese: Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168. Disponível em: <https://www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LOPES, F. A. M. Fé e vida: ação educativa para participação social nas comunidades eclesiais de base rurais da paróquia São Sebastião, em Montes Claros, Norte das Gerais. 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004.

MALINOWSKI, B.K. Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova Guiné Melanésia. 3ª ed. São Paulo: Abril S.A. cultural, 1984. 432 p. (Coleção Os pensadores).

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 34, 1991. p. 197-221.

MARI, H. Discurso e ação. In: Mari, H. ET al. Análise do discurso em perspectivas. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2003, P.101-116.

MÉKIE (Pereira), Laurindo. Relaçõessociais e políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia.

## Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

MINAYO, Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MONTES CLAROS. Lei nº 3.694 de 2 de março de 2007. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Montes Claros, 2 mar. p.3

MURTEIRA, M. (1990). Lições de Economia Política do Desenvolvimento. Lisboa, Presença, p. 69-70

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia. Brasília, 2009.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. Monitoramento e avaliação do empoderamento. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 96 p.

OLIVEIRA, R.C. O trabalho do antropólogo. Revista de Antropologia USP, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 17-33, 1996.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. Manual de investigação em ciências sociais. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SILVA, C.E. M. Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. 1999. 68 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SPRADLEY, J.P. Participant observation. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. 195 p.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de uma teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

YIN, R.K. Case study research: design and methods. 2ed. SAGE publications, USA, 1994.